



Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

## **Relatório Executivo**

Grupo de Trabalho  
Temático 5

# **AGRONEGÓCIO, DINHEIRO, TERRA E CULTURA**



# O CASB

O Centro de Análise da Sociedade Brasileira (CASB) é uma iniciativa das fundações Perseu Abramo (PT), Lauro Campos e Marielle Franco (PSOL), Maurício Grabois (PCdoB) e Rosa Luxemburgo (vinculada ao partido alemão Die Linke – A Esquerda).

Tem como objetivo aprofundar o entendimento sobre as mudanças na sociedade brasileira e produzir diagnósticos – auxiliando os partidos e o governo na tarefa de *democratização* da sociedade e das instituições; e na organização do campo democrático popular.

Para isso, organizou seu trabalho no sentido de ampliar sua escuta em direção a especialistas e pesquisadores (da academia, de movimentos sociais e fundações partidárias); e também produzir pesquisas próprias pelo Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos da FPA (NOPPE).

As atividades e publicações do CASB expressam o projeto conjunto das Fundações parceiras. Elas comportam opiniões plurais, de integrantes e convidados, que não são necessariamente posição institucional das Fundações participantes do CASB.



**ESTE RELATÓRIO FOI PRODUZIDO A PARTIR DOS DADOS APRESENTADOS PELAS/OS CONVIDADAS/OS.**

**Data: 09 de Outubro de 2023**

### **Ementa do GT:**

O GT 05 - **Agronegócio – Dinheiro, Terra e Cultura** buscou discutir a convergência entre o agronegócio brasileiro e a extrema-direita no último período e as problemáticas históricas e estruturais envolvidas (o latifúndio, a concentração de terra, a grilagem, o ataque aos movimentos do campo e aos povos tradicionais. Buscamos entender o que significa esse alinhamento, o jogo de poder do agronegócio dentro dessa articulação e as contradições, a 'cultura agro' na sociedade brasileira, entre outras temáticas que serão dispostas neste relatório.

### **Expositoras/es:**

**Débora Nunes** - Coordenação Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST);

**Guilherme Costa Delgado** - Economista, professor e pesquisador aposentado do IPEA

**Gustavo Alonso** - Historiador, professor da UFPE.

### **Debatedores**

**Acácio Zuniga Leite** - vice-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA);

**Bruno Stankevicius Bassi** - pesquisador e coordenador de projetos do De Olho nos Ruralistas;

**Anderson Amaro** - dirigente do Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

## **1. HISTORICAMENTE, O AGRONEGÓCIO BRASILEIRO SE APOIA EM UM MODELO DE ACUMULAÇÃO ORIENTADO À CONSTANTE EXPANSÃO DE TERRITÓRIO QUE SE COLOCA EM CONFLITO COM AS INSTITUIÇÕES E A LEGALIDADE**

Embora hoje o setor agropecuário procure se apresentar em uma nova configuração revestida de uma roupagem moderna a partir de suas alianças estratégicas com o capital financeiro expressas por suas multinacionais – “o agro é pop” –, os seus pilares ainda permanecem os mesmos do Brasil colônia: grandes extensões de terras, monoculturas de commodities e superexploração da mão de obra do campo. O agro atua, com seu poder econômico, para garantir hegemonia nas instituições e necessita da presença do Executivo, do Legislativo e do Judiciário para alterar o marco legal ou cancelar práticas que afrontam os parâmetros constitucionais, mas que estão vinculadas ao seu

processo de acumulação de capital (grilagem, desmatamento, lavagem de dinheiro e até associações com o crime organizado). O conceito de terra para o agronegócio é mercantil, o que difere do conceito de terra adotado pela Constituição – produção com função social, reprodução dos povos originários e unidades de conservação. É nesta convergência de interesses que se coalizam a extrema-direita, grupos de lobby, associações, frentes parlamentares, setores do mercado financeiro e segmentos dos meios de comunicação, de forma a garantir as condições para maximizar os ganhos do agro.

## **2. O PODER DO AGRONEGÓCIO – CLASSE DIRIGENTE NUM CONTEXTO DE DESINDUSTRIALIZAÇÃO**

Por sua relação com o Estado, sua presença em todas as esferas representativas (com frentes parlamentares a nível nacional e regional) e por sua força nas classes dominantes, em um contexto de desindustrialização, é possível inferir que o papel do agronegócio exerce um papel de classe dirigente no Brasil na configuração atual. A busca de uma conceituação sobre

o agronegócio que compreende seu real peso político e econômico – e que não o situe como mero grupo de interesse – pode ser capaz de compreendê-lo de forma acurada, considerando seu papel amplo e sua capacidade de liderar a defesa de interesses da burguesia brasileira – favorecendo o entendimento sobre seu papel num projeto de desenvolvimento para o Brasil.

### 3. O PROJETO DE EXTREMA-DIREITA, VISTO NO GOVERNO BOLSONARO, BENEFICIOU O AGRONEGÓCIO E ALIMENTOU O PADRÃO EXPOSTO ANTERIORMENTE. OFENSIVAS RECENTES EXPÕEM ESTE PACTO.

A ideia do mercado de terras autorregulado à revelia dos regimes institucionais legítimos foi tensionada no último período, demonstrando claramente que, para esse sistema funcionar, é preciso banalizar ou romper a ordem constitucional no que diz respeito ao regime fundiário. O governo de Jair Bolsonaro encampou de forma mais explícita essa agenda, ampliando a desregulação sob o mote que ficou notório, o de “passar a boiada”, palavras do ex-ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles. Este modelo tem um papel maior nas safras recorde do agronegócio brasileiro no último período do que a valorização cambial ou das commodities exportadas.

O projeto da extrema-direita brasileira para o campo é o projeto do agro, essencialmente. Está coadunado com o domínio da terra pelo agronegócio, no sentido político e econômico dentro do interior do Brasil. Além disso, como vimos, é amplamente desregulatório nos temas territoriais e do campo, tornando-se um mecanismo conveniente para todo este setor da economia – embora gere tensões do ponto de

vista das relações com os compradores de *commodities*, especialmente o mercado europeu.

Há um movimento político organizado – que se fortaleceu no governo Bolsonaro – para que o agronegócio avance com a expansão contínua de seu território baseado na ilegalidade, algo único do caso brasileiro, que requer significativas mudanças nos patamares legais e institucionais. Ataques aos movimentos campestinos, CPI do MST, o financiamento de atos golpistas por alguns empresários do agronegócio, a infração de normas constitucionais, a revisão contínua de marcos legais, como ataques às terras indígenas, mudanças nas políticas de segurança alimentar, dentre outros retrocessos.

Trata-se de um pacto econômico-político que questiona o Estado de direito para avançar na acumulação de capital e de poder. O caso do marco temporal é exemplar. Após o STF determinar a inconstitucionalidade do marco temporal das terras indígenas, freando o avanço das terras do agro, extrema-direita, associações de ruralistas e seus representantes no Congresso agiram em sintonia, atacaram a Corte e alimentam uma crise institucional antimoderna que fragiliza a Constituição Federal e a ordem democrática.

#### **4. HÁ UMA CONTRADIÇÃO: O AGRONEGÓCIO ACUMULA CADA VEZ MAIS PODER (POLÍTICO, ECONÔMICO E SIMBÓLICO), E É CADA VEZ MAIS NECESÁRIO REDISCUTIR SEU MODELO.**

O agronegócio brasileiro está inserido num modo de produção ao mesmo tempo arcaico e moderno, baseado na acumulação em sua forma mais antiga (por meio da terra). Com a reprimarização da economia, ampliaram poder e capital e com o neoliberalismo se imbricam cada vez mais com o capital financeiro e internacional. Esse modelo econômico baseado na exportação sobretudo de commodities coloca em risco, entre muitas coisas, o próprio desenvolvimento econômico, político e social do país. Coloca em risco também os biomas, acelerando profundamente as mudanças climáticas (na prática e enquanto projeto negacionista, como vimos no GT 04 - Negacionismo Climático). Consequentemente, esse modelo põe em risco a vida – sendo um dos focos necessários no debate sobre Transição Energética. Em jogo, do ponto de vista do nosso futuro, ficam, especificamente, a Amazônia, os demais biomas, as comunidades tradicionais e os povos indígena, e, principalmente, a Democracia e a Ordem Constitucional. Enfrentar isso requer mudança do padrão de acumulação vigente e a defesa da ordem le-

gal. Neste sentido, a discussão envolve toda a complexa hegemonia do sistema criado. Além da presença política e econômica, o agronegócio possui também peso importante e hegemônico na dimensão cultural do Brasil. Há vasta produção cultural, no cinema, telenovelas e na música – pelo gênero musical sertanejo, mais recentemente vinculado de forma explícita, do ponto de vista estético e publicitário, ao agronegócio por meio de subgêneros como o 'agronejo'. O que inclui, também, a presença constante de artistas em grandes feiras e festividades do agro, que se consolidou como o ritmo musical mais ouvido do Brasil nas últimas décadas. Isso refletiu também a capacidade do gênero de absorver influências culturais externas e internas (o que caracterizou sua evolução desde os primórdios da música caipira e da 'moda de viola'), além da força e popularidade deste universo musical e cultural dentro da população brasileira. Na contramão, houve um afastamento do campo progressista em relação a este universo, no qual parcela de seus representantes se aproximou do bolsonarismo.

## **5. O AGRONEGÓCIO SE CONSTITUIU COMO UM GARGALO POLÍTICO E ECONÔMICO PARA UM PROJETO DE PAÍS COM DESENVOLVIMENTO POTENTE, SUSTENTÁVEL E DEMOCRÁTICO.**

Todos os problemas levantados na discussão parecem sugerir o contrário da propaganda do sistema Agro: é um pacto de economia política inviável, social e ambientalmente insustentável. Mas ainda dispõe de blindagem política integral no presente. Seu projeto cabe no Brasil que a extrema-direita deseja e é contraditório com um projeto popular e democrático de desenvolvimento, defendido pelos partidos deste campo. Torna-se necessário para o campo popular discutir amplamente seu projeto para o Campo brasileiro, capaz de superar tais contradições. Hoje a oferta de um projeto alternativo é feita pelos movimentos campestinos de luta pela terra e de reconhecimento territorial – movimentos pela Reforma Agrária e pela preservação da reprodução da vida de povos e comunidades tradicionais – cujos projetos para o campo são democráticos, sustentáveis e trazem para a discussão temas como o modo de produção, a segurança alimentar, a desconcentração fundiária, o combate às mudanças climáticas e o futuro do Brasil neste contexto. Do ponto de vista da lida com o agronegócio, torna-se necessário superar a contradi-

ção exposta no ponto 4, buscando detectar brechas, pontos de interlocução com frações dessa classe dirigente, segmentos menos dispostos a manter um modelo baseado na predação e em ilegalidades, se amparando na comunidade internacional – aliada na Transição Energética e no combate às mudanças climáticas, tema no qual o Brasil é líder e protagonista nato. É preciso disputar culturalmente a sociedade – não homogeneizando o universo cultural sertanejo ao agronegócio e compreendendo que há possível diálogo com artistas menos vinculados a este poder econômico, uma vez que o gênero também possui expressões como as artistas mulheres, os artistas LGBTQIA+, e artistas que possuem compromisso com a democracia. A urgência do tema discutido neste GT e a necessidade de se ampliar o acúmulo de conhecimento sobre a problemática para compreender as possíveis contradições internas deste grupo e onde estão as possibilidades de disputa tornam necessária a extensão do diálogo feito neste grupo, com uma nova reunião a ser realizada em um próximo período.





O CASB se propõe a um debate amplo ouvindo diversos setores da sociedade e, neste relatório, agradecemos especialmente à expositora Débora Nunes e aos expositores Guilherme Costa Delgado e Gustavo Alonso. O relatório expressa uma tentativa de síntese geral das exposições e do debate posterior, não expressando de forma total a densidade das questões complexas abordadas.

**SAUDAÇÕES**

**CASB**

Centro de Análise da  
**SOCIEDADE BRASILEIRA**

